



CONSINASEFE definiu a luta pelos direitos da sua base como central para o próximo período

O 33º Congresso Nacional do SINASEFE, após uma ampla análise da conjuntura nacional e internacional, apontou um caminho da construção unitária para o próximo período: a luta pela defesa dos direitos da sua base e dos demais setores do Serviço Público Federal.

Vamos nos inserir no calendário geral, construindo a unidade de enfrentamento contra o governo de Bolsonaro, mas não podemos perder de vista que seremos a "bola da vez" no próximo semestre. Paulo Guedes e demais arautos do governo Bolsonaro já deram todos os acenos que virão pra cima dos SPFs.

Reduzirão remunerações através da redução de carga horária; irão nos atacar na revisão (ou desrespeito) das nossas carreiras: não encaminharão as progressões e concessões de incentivo, além de não reajustar as tabelas - quando os TAEs já estão há três anos sem qualquer reajuste, assim como acontece com outros setores do serviço público.

Para que esta construção aconteça e fortaleça a nossa luta, teremos que aproximar cada vez mais o sindicato nacional nos locais de trabalho. A ideia é impulsionar as atividades regionais e as rodadas de



assembleias para que a base seja protagonista nesta construção.

No movimento de hoje não se deve ter a centralidade das decisões nos fóruns e instâncias nacionais. Primeiro devemos alicerçar a nossa construção nas instâncias de base e no amplo debate nos fóruns locais e regionais, para depois se definir a política, o calendário e as ações durante das nossas Plenas.

O nosso papel, enquanto direção deve ser apresentar as posições quanto ao caminho a seguir, mas que este de fato seja analisado e definido pelas bases e pelas suas representações nas instâncias nacionais.

Não podemos nos perder na lógica de que todos sairão às ruas para defender as nossas "regalias", essa unidade terá que ser construída e a nossa defesa deve partir inicialmente de nós mesmos.

Devemos preparar a base para o necessário confronto do próximo período. Em nossos locais de trabalho precisamos saber tudo sobre carreira e política salarial, até para compreender em quais pontos enfrentamos repetidos ataques.

Devemos pautar a necessidade de reajuste, saindo da defensiva, porque não podemos mais aceitar paralisados que este não é um momento de reivindicar questões mais corporativas.

Ao lutarmos pela nossa pauta de carreira única, de política salarial anual, de um projeto de capacitação e qualificação, das 30 horas e rechaço ao ponto eletrônico, lutaremos pela estrutura de Estado que defendemos e queremos.



Lutarmos por questões corporativas, salariais, não nos afastará das pautas mais gerais e/ou pautas internas como a luta contra o Future-se, contra a redução do orçamento, além de projetos que procuram transformar nossas instituições na direção da terceirização ou da ampla parceria público-privada.

Enfim, devemos construir já a partir de janeiro e fevereiro de 2020 um calendário de Encontros Regionais e rodadas de assembleia para tirarmos a nossa pauta e definirmos nosso calendário de lutas para o próximo ano.

A Direção Nacional recebeu essa incumbência do nosso último Congresso, inclusive sendo autorizada por aquele fórum a construir a Greve Unificada dos SPF.

Vamos à luta, sem medo de lutarmos pelas nossas conquistas históricas.

Fora Bolsonaro e todos os seus assecclas!!!

Defender o Fundeb é defender o futuro do Brasil

Na quarta-feira (27/11), no Salão Verde da Câmara dos Deputados ocorreu um grande ato intitulado Dia Nacional de Mobilização pelo Novo Fundeb.

Organizado por entidades como UNE, Ubes e CNTE, o ato contou com a participação de diversas entidades sindicais como o SINASEFE e FASUBRA, movimento estudantil, e demais movimentos sociais. Contou também com a participação de vários deputados federais, senadores, (cerca de 12 partidos estiveram presentes), além de secretários estaduais de educação e integrantes de entidades que representam os municípios brasileiros.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) tem como princípio a universalização da educação básica, com a valorização dos profissionais da área e melhoria da qualidade da educação brasileira. Ele foi instituído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006, e regulamentado em 2007 por lei e decreto federais, substituindo o antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef - 1998 a 2006).

Segundo Bruno Costa (Assessoria da Liderança do PT no Senado Federal), a transição do Fundef para o Fundeb significou uma ampliação significativa da complementação da União aos fundos estaduais. Os números passaram de R\$ 492 milhões em 2006 para mais de R\$ 14 bilhões em 2019. Neste ano, a soma dos fundos (estaduais + complementação da União) totalizará aproximadamente R\$ 150 bilhões, sendo a principal fonte de recursos para a educação básica no Brasil.

O período de vigência do Fundeb se encerra em 2020, o que aponta como tarefa, por consequência, garantir a perenidade do fundo, inserindo-o como política de Estado no texto permanente da Constituição; e promover o seu



aperfeiçoamento, em sintonia com as metas inscritas no Plano Nacional de Educação (PNE).

Caso o Congresso Nacional não garanta a aprovação de uma PEC instituindo um novo Fundeb, o impacto será uma verdadeira tragédia. Conforme estabelece a Constituição, os municípios continuarão tendo de investir no mínimo 25% da receita resultante de impostos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Porém, deixarão de receber as transferências de recursos estaduais (da ordem de R\$ 22 bilhões), e os Estados deixarão de receber a complementação da União (aproximadamente R\$ 14 bilhões).

Assim, todos os educadores, estudantes e sociedade em geral terão como obrigação a defesa intransigente da aprovação do novo FUNDEB no próximo ano, pois o atual modelo só terá vigência até o mês de dezembro de 2020. Caso contrário as próximas gerações e o futuro do Brasil, a curtíssimo prazo, estarão ameaçados.

O governo Bolsonaro tem uma posição clara: a transferência da educação para o setor privado com todos estes recursos públicos. Ou enfrentamos este governo que destrói a educação, ou seremos destruídos por ele.

A luta pelo FUNDEB é de todos nós!

Plenária Nacional em Defesa dos Serviços Públicos, das Estatais, do Brasil e dos Trabalhadores

Na terça-feira (26/11), em Brasília-DF, no Teatro do Sindicato dos Bancários, o SINASEFE participou da Plenária Nacional em Defesa dos Serviços Públicos Municipal, Estadual e Federal, das Empresas Estatais, do Brasil e dos Trabalhadores. Esta Plenária Nacional reuniu representantes de centrais e de sindicatos de diversas categorias de trabalhadores, de vários estados brasileiros. Por aclamação, houve a aprovação de plano unitário de lutas com datas de mobilização entre dezembro e março de 2020.

Sindicalizadas e sindicalizados das Seções Sinasefe

IFSC e Sinasefe Brasília também participaram do evento. O sindicato nacional foi representado pelos coordenadores gerais Carlos Magno e David Lobão, e pelo coordenador de comunicação Michel Torres.

Após a aprovação do Plano de Lutas e do Manifesto, as centrais realizaram um ato político, que culminou com diversos posicionamentos contrários ao desmonte do serviço público. Este ato contou com a presença das centrais sindicais, sindicatos, além de senadores e deputados federais.

Confira os documentos aprovados:

PLANO DE AÇÃO UNITÁRIO EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DAS TRÊS ESFERAS, DAS EMPRESAS PÚBLICAS E ESTATAIS, DO BRASIL E DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS

1. Realizar ampla divulgação do manifesto aprovado na Plenária, convidando as entidades democráticas, sindicais, sociais e civis a assinarem o manifesto em apoio ao movimento.
2. Criar um comando unitário nacional e frentes únicas nos Estados para organizar um trabalho nos parlamentos e na base, unificando as mobilizações e lutas de forma a amplificar suas narrativas e argumentos junto à opinião pública e meios de comunicação.
3. Unificar o trabalho parlamentar de todas as entidades nas duas Casas do Congresso Nacional, nas assembleias estaduais e nas Câmaras municipais de forma a potencializar as posições em defesa dos serviços públicos, das empresas públicas e estatais, do Brasil e dos trabalhadores e trabalhadoras.

4. Articular e potencializar o trabalho de comunicação de todas as organizações e entidades inseridas nesta batalha, visando atingir de forma intensa a comunicação junto à opinião pública. Neste sentido, indicamos uma reunião de todos os setores de comunicação das entidades sindicais para discutir uma campanha publicitária unificada de defesa dos serviços públicos e das estatais.

5. Potencializar a repercussão das ações junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Neste sentido, buscar alinhar as ações e capacidade de mobilização de forma a que os movimentos tenham mais força e maior impacto. Construir uma agenda unitária de lutas e atividades até o fim do ano.

6. Articular com as diversas Frentes Parlamentares a realização de eventos em todas as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais em defesa dos serviços públicos, das empresas públicas e estatais, do Brasil e dos trabalhadores e trabalhadoras.

7. Articular a aprovação nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais de moções dirigidas aos deputados federais e senadores em defesa dos serviços públicos, das empresas públicas e estatais, do Brasil e dos trabalhadores e trabalhadoras, em especial contra a MP 905, PECs 186, 187 e 188, a reforma administrativa e as privatizações.

8. Articular uma estratégia de ação unitária no campo jurídico em relação aos projetos contrários aos interesses desta ampla frente sindical em defesa dos serviços públicos, das empresas públicas e estatais, do Brasil e dos trabalhadores e trabalhadoras.

9. Posicionar-se contra a PEC que prevê a redução da jornada e redução proporcional de salários e subsídios, e todas as medidas em tramitação contra os interesses soberanos do Brasil e dos trabalhadores e trabalhadoras.

10. Realizar de 2 a 6 de dezembro 2019, uma semana de agitação e panfletagem na contra a MP 905, as PECs 186, 187 e 188 e o Pacote de ajustes do Guedes.

11. Realizar em 12 de fevereiro de 2020 uma atividade no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.

12. Reforçar o dia 8 de março, dia internacional das mulheres.

13. Indicar o dia 18 de março como uma data nacional de paralisação, mobilização, protestos e greves.

14. Indicamos ainda às centrais sindicais a necessidade de discussão da realização de uma greve geral no país.



MANIFESTO EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PARA A POPULAÇÃO TRABALHADORA, DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES E CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES

O governo Bolsonaro quer destruir tudo que é público, quer acabar com o SUS, entregar a Educação para empresas privadas, privatizar os Correios e tantas outras empresas estatais que devem estar a serviço de atender com qualidade a população trabalhadora.

É isso que significa seu projeto de privatizações, é isso que significa as Medidas Provisórias lançadas nas últimas semanas: retirar direitos, precarizar ainda mais as condições de trabalho e manter o desemprego, pois as empresas vão continuar a demitir para contratar pagando menos e com menos direitos.

As medidas não combatem privilégios, pois quem vai ter o salário reduzido, não são os parlamentares, a alta cúpula do Judiciário ou das Forças Armadas, mas sim os servidores que atendem a população trabalhadora.

O Sistema Único de Saúde Pública do Brasil é referência mundial. Muitos moradores de países vizinhos atravessam a fronteira para serem atendidos em nosso país porque o atendimento é gratuito. O governo ataca nossos sistemas de saúde e ensino públicos e gratuitos, retiram direitos, querem acabar com a estabilidade dos servidores públicos para transformar a educação e a saúde em mercadorias, em



serviços privados pagos, para beneficiar apenas quem tem capital e que pode transformar esses setores em lucrativo negócio para os seus interesses. Beneficiam famílias ricas e filhos da elite em prejuízo do nosso povo, que labuta de sol a sol em busca de trabalho para sobreviver.

O governo Bolsonaro está vendendo até a Casa da Moeda. E o mais grave: destrói o sistema de fiscalização trabalhista e previdenciária para que as empresas possam ampliar a exploração e impor condições desumanas aos trabalhadores. Enfraquece os órgãos de fiscalização, promovendo desastres, como os incêndios na Amazônia, a poluição das praias, rios, reservas marinhas por óleo cru no Nordeste, além do uso desenfreado de agrotóxicos, já não sabemos se o que comemos e o que bebemos está adequado ao consumo por conta da irresponsabilidade do governo

com a saúde e a vida. Esses são apenas alguns exemplos do intenso processo de destruição promovido pelo desmonte e esvaziamento dos órgãos públicos.

A população precisa de mais saúde, mais educação, mais médicos, um país sem investimentos em educação, ciência, pesquisa e desenvolvimento é um país sem futuro, que condenará os trabalhadores e seus filhos a uma sobrevivência desumana em ambientes violentos, sem nenhuma perspectiva.

A proposta de Bolsonaro de acabar com a estabilidade do servidor público e reduzir salários nada tem a ver com a melhoria dos serviços prestados. Querem acabar com os direitos e os concursos públicos para entregar esses serviços para empresas privadas e ao invés do concurso público, o que vai prevalecer é a indicação para cargos feita por vereadores, deputados e senadores.

Lutar contra as privatizações dos Correios, Eletrobrás, Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Codesa, Codesp, institutos de pesquisas como INPE, EMBRAPA, IBGE e tantos outros, além de ser uma luta contra mais demissões e retirada de direitos, é luta para garantir que os serviços públicos sejam voltados para atender as necessidades da população.

Um país rico em recursos naturais, precisa ter empresas estatais e públicas fortes e serviços públicos municipais, estaduais e federais de qualidade, prestados gratuitamente para o povo. Em vez de retirar direitos e recursos financeiros, é preciso investir nos serviços públicos de qualidade.

POR EMPREGO, DIREITOS E MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO VAMOS À LUTA:

- **CONTRA A PRIVATIZAÇÕES E OS PACOTES DO GOVERNO BOLSONARO QUE QUEREM ACABAR COM OS SERVIÇOS PÚBLICOS E REDUZIR SALÁRIOS E DIREITOS DE QUEM ATENDE A POPULAÇÃO.**
- **PELA REJEIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA 905 DO GOVERNO QUE SIGNIFICA O EXTERMÍNIO DE DIREITOS E O AUMENTO DA MISÉRIA DA CLASSE TRABALHADORA.**
- **BASTA DE ATAQUES ÀS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES; EM DEFESA DAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS; CONTRA OS PLANOS ULTRALIBERAIS DO GOVERNO ULTRALIBERAIS DE BOLSONARO E GUEDES.**



Confederação de Educadores Americanos (CEA)

O 33º CONSINASEFE, nossa instância máxima de deliberação, contou com a participação de 394 delegados e 127 observadores representando 55 seções sindicais espalhadas pelas cinco regiões do Brasil.

O evento consolidou o “Fora Bolsonaro” e “Lula nas ruas, com os movimentos sociais, movimento sindical e juventude para derrotar Bolsonaro”, além de fazer alterações estatutárias. Participantes mantiveram o critério da proporcionalidade na eleição da Direção Nacional, aprovaram o mínimo de 50% do gênero feminino na composição da Direção Nacional e das Seções Sindicais. Foi criada a Coordenação de Inclusão e Acessibilidade, realizadas alterações no Conselho de Ética, dentre outras. O Congresso aprovou a desfiliação da CSP-Conlutas e a manutenção de nossa filiação, ocorrida no 10º CONSINASEFE (1997), à Confederação de Educadores Americanos (CEA).

Mas o que é a CEA?

A Confederação de Educadores Americanos – CEA é um organismo permanente que adquire formalmente essa denominação em 1957 e agrupa as organizações nacionais de trabalhadores da educação do continente americano. A título de nossa filiação à CEA, o SINASEFE contribui anualmente com US\$600 dólares, aproximadamente R\$ 2.538,96 segundo informações buscadas em <https://www.calcul.net/financeiro/dolar-hoje/>. O valor do Dólar informado em 02/12/2019 é a média do Dólar praticado no mercado diariamente e



tem caráter informativo, mais próximo do dólar comercial e não do dólar turismo.

A sua histórica trajetória de organização da unidade dos trabalhadores da educação no continente americano remonta a janeiro de 1928 em Buenos Aires quando deu-se vida a Internacional do Magistério até a criação em dezembro de 1943 em Santiago do Chile da Confederação Americana do Magistério, até transformar-se em janeiro de 1957 em Montevideu na Confederação de Educadores Americanos, atual, CEA.

Desde então a avaliação da necessária unidade dos trabalhadores da educação no continente passa por uma série de atividades e debates sobre a educação e as condições de trabalho dos educadores que encontra seu ápice em 2007 quando foi criado o Fórum de Educação na América Latina, com o objetivo de criar e fortalecer um órgão de coordenação, monitoramento e proposições sobre a realidade educacional no nosso continente. Em seguida, no ano de 2009, na oportunidade do Encontro Internacional: “Avaliação de sistemas educacionais no âmbito da realidade

político-social da América Latina e do Caribe”, realizado de 27 a 29 de julho em Montevidéu-Uruguai, ocorre o lançamento oficial do Fórum com as participações sindicais e da sociedade civil.

Objetivos

Entre seus principais objetivos estão:

- Alcançar a unidade dos trabalhadores/as da educação no continente americano para participar ativamente no estabelecimento de bases comuns da educação dos povos da América e aplicar-lhe de maneira adequada a realidade de cada país, sob os princípios da universalidade, gratuidade, laicidade e gestão democrática da escola pública, assim como a defesa da educação pública e de qualidade do ensino que o Estado deve dispensar a todos/as;
- Defender a existência de governos sob regimes democráticos, produto da livre determinação dos povos em um ambiente de respeito, igualdade e mútuo benefício;

Está vinculada, desde 2012, a partir da assinatura de acordo de cooperação com o Parlamento da América



Latina e Caribe ou El Parlatino. É um organismo regional, unicameral e de caráter permanente, fundado em 1964 com a finalidade de atuar como um foro político do mais alto nível, e como um eficaz promotor do desenvolvimento e integração no marco da democracia plena para o qual se tem impulsionado a constituição da Comunidade das Nações Latino-americana. É composto pelos Parlamentos Nacionais de 23 países: Argentina, Aruba, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Curaçao, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, San Martin, Suriname, Uruguai.

Deliberações

Em seu último Congresso, o XX Congresso da Confederação dos Educadores Americanos deliberou:

✓Reafirmar sua histórica determinação na defesa de uma educação pública, gratuita, laica, obrigatoriamente dever do Estado, de qualidade com compromisso social, para que esta se transforme em motor para o desenvolvimento com justiça social para nossos povos;

✓Defender e sensibilizar de forma permanente a necessidade de consolidar e ampliar os direitos políticos, sociais e sindicais dos trabalhadores da educação, em particular das organizações sindicais que buscam organizar os trabalhadores, realizam contratação e negociação coletiva, greves e manifestações públicas;

✓Reafirmar a independência e autonomia de nossa

✓Posicionar o Fórum para educação na América Latina como exemplo de unidade e ação, e respeito a diversidade de expressões que existem em torno de uma luta comum: garantir que a educação seja realmente um direito irrenunciável e inalienável de todas as pessoas. Impedindo que esta (educação) se transforme em produto da voracidade do mercado, em uma simples mercadoria de troca;

✓Chamar à unidade, sem exclusões, de todos os sindicatos e organizações sociais que lutam por construir uma sociedade mais justa e democrática em nosso continente e no mundo;

✓Expressar a mais absoluta solidariedade com os trabalhadores e trabalhadoras da educação e aos povos que se encontram em luta por seus direitos laborais, sindicais e sociais em nosso continente e no mundo. E, nesta direção saudamos a primeira iniciativa no sentido do restabelecimento das relações entre Cuba e EUA, e nosso repúdio aos fatos em Ayotzinapa, no México (em 2014 morte e desaparecimento de 43 estudantes de Ayotzinapa por militares, caso em aberto e sem conclusão), e se solidariza com a Revolução Bolivariana, vítima da ingerência estrangeira e de desestabilização interna;

✓Ao mesmo tempo em que ampliamos nosso compromisso e solidariedade com os povos no mundo que sofrem as desumanas e ilegítimas guerras, os desastres naturais em que muitos casos são agravados por falta de políticas de desenvolvimento bem como a utilização dos recursos naturais em consonância com o devido respeito aos direitos humanos e a busca permanente de uma vida digna!

✓Também se realizou o Fórum das Organizações Sindicais e o Fórum por uma educação na América



Latina Pública, Laica, de qualidade socialmente referenciada.

Mais informações: Chamada ao XX Congresso da **C o n f e d e r a ç ã o d e E d u c a d o r e s** (<<https://www.youtube.com/watch?v=Jb045sI3MWw&feature=youtu.be>>) (postado por Albert Sandano 17 de fevereiro de 2015) que ocorreu concomitantemente ao “Congresso de Pedagogía 2015 – Havana/Cuba. E, encaminhamentos do XX Congresso da Confederação de Educadores https://www.youtube.com/watch?v=a_ty2fPOw-E&feature=youtu.be (postado por La Confe Intersindical)

O papel dos educadores/as nos processos de luta da América Latina - A Unidade

Nesse momento em que temos a ofensiva do neoliberalismo, imperialismo e conservadorismo bem como ataques articulados da direita e extrema direita na América Latina será fundamental a nossa aproximação dos demais setores progressistas do nosso continente. É mais do que urgente a unidade e a

aproximação dos demais setores progressistas do nosso continente. É mais do que urgente a unidade e a articulação entre os partidos de esquerda, movimentos sociais, sindicatos, movimentos populares e forças democráticas da América Latina para fazer oposição ao neoliberalismo, imperialismo e conservadorismo.

Próximos eventos CEA

✓ Encontro de dirigentes de organizações/sindicatos de trabalhadores da educação da América Latina e Caribe – em 17 e 18 de dezembro de 2019 com a temática: “Fortalecimento do trabalho unitário no continente”. Será realizado na Federación de los Docentes Universitarios de Argentina /FEDUN, localizada na Rua Azcuenaga, 770.

✓ Segunda edição do Diálogo Continental em Educação, CEA-PARLATINO. Reunião CEA-PARLATINO – Realizada por ocasião do evento UNIVERSIDADE 2020 a ser realizado de 10 a 14 de fevereiro de 2020, em Havana, Cuba. Ocasião em que ocorrerá a reunião do Comitê Executivo da CEA para preparação do XXI Congresso da CEA.

✓ Terceira edição do Diálogo Continental em Educação, ocorrerá no âmbito da XXXIII Reunião CEA-PARLATINO – Sede do Parlatino no Panamá, segundo semestre de 2020.

Saludamos con alegría a Sinasefe/sindicato nacional, con la convicción profunda y vigente, de lo vital y necesario de la promoción de la Unidad táctica-estratégica, de los que buscan un modelo de sociedad basado en la dignidad humana, que necesariamente debe buscar y encontrar alternativas exitosas, que superen el "estado neoliberal de las cosas", que penetran toda la vida societaria actual.

El pasado reciente nos muestra una década de los años 90, que fue un parteaguas entre el estado del bienestar (ya en decadencia), sumado a la implosión-explósión de llamado socialismo real y el resurgimiento "triumfante" del NEOLIBERALISMO -preexistente- que encontró condiciones ideales para avanzar en profundidad y la mayor parte de las veces sin golpes de estado y mediante el voto popular.

Esta realidad, sobre la que no abundaremos, púes ya todos conocen, fue la que creo condiciones objetivas para una resistencia importante y diversa, que tuvo en los educadores actores de primera línea en el campo de la búsqueda de las alternativas de masas, enfrentando el desmantelamiento de estado y las privatizaciones, entre las acciones mas destacadas de las organizaciones, sumado a la agenda específica de los trabajador@s de la educación, en su Defensa de la Educación Pública, gratuita, laica, obligatoria y un deber del estado.

Este fenomeno fue creciendo y llegaron los llamados gobiernos progresistas de la década del 2000, - junto a sus crisis- de la mano de la esperanza profunda en un cambio necesario, cargado de justicia social, verdad y con una nueva agenda de derechos humanos.

Es evidente que vista la realidad actual, .en donde el resurgimiento feroz de las derechas y de sectores del fascismo-, que se subestimo desde el punto de vista político y social, la capacidad sistémica de los neoconservadores, para rearmarse-nunca se fueron- y volver a prevalecer en la escena política, social y económica, de la mano de los grandes medios de comunicación y el denominado "partido judicial", sin que esto implique jamás, dejar de asumir errores de diversa índole y entidad, cometidos desde el llamado campo popular.

Hoy sabemos, aunque duela, en donde mirarnos sin miedos, con capacidad autocrítica y sobre todo con la fuerza para ir reconstruyendo una nueva esperanza, en un nuevo escenario, con nuevos actores, en donde el desafío de la UNIDAD y la INDEPENDENCIA SINDICAL, continuan vigentes!!!

UNIDOS, INDEPENDIENTES, NUNCA INDIFERENTES!!!

Fernando Rodal/Presidente de la CEA